

Educação infantil e currículo escolar

Carla Josiele Weber¹

Jéssica Maís Antunes²

Resumo

Após estudarmos sobre as concepções de Currículo que permearam e, em alguns casos, continuam permeando a prática escolar de docentes e das instituições de ensino, demos início às atividades práticas da disciplina de Teorias Curriculares. Primeiramente, realizamos observações do espaço físico, da infraestrutura e em relação à gestão de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental do município de Jaguarão – RS, que oferece Educação Infantil no turno da tarde. Posteriormente, aplicamos um questionário com as profissionais que atuam nesse nível de ensino, objeto de nosso estudo, além de analisar o Projeto Político-Pedagógico desta escola. Em seguida, elaboramos um memorial descritivo sobre o trabalho de pesquisa desenvolvido ao longo da disciplina, no qual apresentamos os resultados preliminares das observações, dos questionários aplicados com as professoras da Educação Infantil (Pré-escolar) e da análise do Projeto Político-Pedagógico da instituição. Por fim, expomos nossas conclusões e sugerimos algumas alterações no PPP desta escola com base nas pesquisas realizadas paralelamente sobre como deve ser elaborado o Projeto Político-Pedagógico de uma instituição de ensino.

Palavras-chave: Currículo – Projeto Político-Pedagógico – Educação Infantil

Abstract

After studying about the conceptions of Curriculum that permeated and, in some cases, continue permeating the practice school of the teachers and educational institutions, we have initiated the practical activities of Teorias Curriculare's discipline. First, we conducted observations of the physical space, infrastructure and in relation to the administration of a Elementary District Schools in the city of Jaguarão - RS, which offers Childhood Education in the afternoon. Subsequently, we applied a questionnaire with the professionals who work at this level of education, the object of our study, besides analyzing the Political-Pedagogical Project of this school. Then, we elaborated a descriptive memorial of the research work developed along the discipline, in which we present the preliminary results from the observations, the questionnaires applied with the teachers of Childhood Education (Preschool) and the analysis of the Political-Pedagogical Project of the institution. Finally, we expose our conclusions and suggested some alterations in PPP of this school based on research conducted in parallel should be drawn about the Political-Pedagogical Project of an educational institution.

Keywords: Curriculum - Political-Pedagogical Project - Childhood Education

Introdução

Ao longo da disciplina de Teorias Curriculares realizamos diversas atividades que possibilitaram o debate, a discussão e a compreensão do que significa Currículo escolar e como ele determina o tipo de educação que temos/tivemos ao longo do tempo.

Por meio de seminários de discussão dos diversos textos trabalhados ao longo da disciplina, evidenciamos que a organização/construção de um currículo está permeado por relações de poder que determinam a maneira como dar-se-á a prática pedagógica de acordo com o tipo de sujeito que se quer formar/moldar.

Posteriormente, dividimo-nos em duplas e pequenos grupos para realizarmos observações em Escolas Municipais de Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental, do município de Jaguarão – RS, que oferecem também a Educação Infantil (Pré-Escolar) como primeira etapa da Educação Básica. Além das observações do espaço físico, entorno, infraestrutura e gestão dessas instituições, também aplicamos um questionário com os profissionais que atuam nesse nível de ensino e analisamos os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) destes educandários.

O trabalho de investigação culminou com a elaboração de um memorial descritivo sobre as discussões e aprendizagens consolidadas ao longo da disciplina e por meio da pesquisa realizada nas turmas de Educação Infantil. Neste memorial, apresentamos os resultados preliminares das observações, aplicação dos questionários e análise dos PPPs. E, a partir dos mesmos, expomos nossas conclusões e sugerimos algumas alterações nos Projetos Político-Pedagógicos dos educandários com base nas pesquisas realizadas paralelamente sobre como os mesmos devem ser elaborados.

Os memoriais foram compartilhados com toda turma por meio de seminários que ocorreram nos últimos encontros da disciplina. Por fim, as conclusões e alterações documentais sugeridas foram apresentadas aos educandários pesquisados. No entanto, neste caso específico, até o presente momento, não obtemos resposta sobre a aceitação, ou não, destas sugestões.

Primeiros passos

Iniciamos as atividades da disciplina de Teorias Curriculares com o estudo da Teoria Tradicional, sem dúvida, a mais conhecida/comentada das teorias curriculares. Esta, resumida como método disciplinador, de memorização e reprodução, tinha na figura do professor (detentor do saber) o centro do processo de aprendizagem, enquanto o aluno era considerado como um mero receptor de conteúdos e informações necessários para formar mão de obra qualificada para o trabalho (no caso das camadas populares da população).

Por meio das discussões sobre as Teorias Críticas do Currículo escolar, pudemos evidenciar que estas provocaram uma transformação radical no sistema educacional ao constituir o Currículo como um campo teórico de estudos, uma vez que o mesmo passou a ser visto não só como o conteúdo a ser transmitido, mas como tudo o que acontece em sala de aula: as atividades desenvolvidas com os alunos, o modo como elas são desenvolvidas, e antes mesmo das crianças chegarem à escola (sua bagagem cultural, as especificidades de cada um).

Na tentativa de romper com o paradigma do ensino diferenciado para a elite e para o povo, iniciado pelos jesuítas durante o período de colonização do país e perpetuado até então, o currículo escolar deste período deu início à denúncia dos preconceitos sofridos pelas classes populares, motivando-as a lutarem por seus direitos, sobretudo, pela garantia de uma educação de qualidade, igual para todos.

Mas, é sobretudo no final do século XX e início do século XXI, por meio das Teorias Pós-críticas sobre o currículo escolar que temáticas anteriormente negadas pela Teoria Tradicional, como cultura, gênero, raça, etnia e sexualidade, começaram a aparecer nas discussões sobre o Currículo. Assim, mais do que nunca, a escola passa a se configurar como um espaço de luta, de discussão e libertação, com o fim de promover o respeito pelas diferenças étnico-culturais, de classe e gênero além, é claro, de conquistar uma educação de qualidade para todos, defendida desde o surgimento das Teorias Críticas sobre o Currículo.

Inicia o trabalho de pesquisa

Depois de semanas de estudo e discussão sobre as diferentes teorias que embasaram a construção dos currículos escolares e determinavam o tipo de ensino e a prática pedagógica dos profissionais da educação, recebemos orientações para o trabalho de pesquisa junto a instituições de Educação Infantil, o qual tinha como objetivo analisar os documentos de uma escola/turma de Educação Infantil e aplicar um questionário com os docentes desse nível de ensino para traçar um diagnóstico sobre o currículo escolar e a formação/atuação docente.

Como já estávamos organizados em pequenos grupos para investigar como funciona a Educação Infantil em Jaguarão, trabalho proposto no início do semestre na disciplina de "Educação Infantil: Teorias e Práticas Pedagógicas", realizamos poucas alterações nas constituições grupais para dar continuidade ao trabalho de investigação já iniciado na outra disciplina, incluindo na investigação em andamento a análise do PPP da instituição e a aplicação do questionário com as docentes que atuam nessa turma.

Ao iniciarmos o trabalho de investigação, estávamos muito ansiosas para conhecer o "novo" endereço da escola, pois como não somos da cidade em que se deu a pesquisa, não sabíamos qual o endereço "original" da escola investigada. Devido a um temporal ocorrido no início do ano que destruiu o telhado do educandário, durante o primeiro semestre letivo de 2011 até meados de outubro a escola funcionou temporariamente em um prédio com espaços adaptados, sem acesso a deficientes físicos e que não possibilitava a prática adequada da disciplina de educação física, de modo que nós só conhecíamos seu endereço provisório.

Sendo assim, estávamos "loucas" para conhecer o prédio em que a escola vinha funcionando nos últimos anos, e como ele havia ficado depois da reforma. Para registrar nossas observações, utilizamos o diário de bordo, no qual anotamos os aspectos que evidenciamos durante as observações, além das informações obtidas mediante as entrevistas realizadas com a secretária, a supervisora e as professoras da turma. Utilizamos também uma câmera digital para fotografar os espaços escolares e uma fita métrica para medir o tamanho da sala de aula.

Na primeira prática de observação nos apresentamos à diretora da escola, explicamos os objetivos do trabalho e conversamos também com a secretária da escola, com a qual obtemos algumas informações sobre a instituição. Alguns dias depois, realizamos uma prática de observação do espaço físico e do entorno da escola. Realizamos também algumas observações do espaço físico da sala de aula do Pré-escolar (nosso foco de pesquisa) e da prática docente das educadoras. Por fim, entregamos um questionário às profissionais que atuam na Educação Infantil da escola e analisamos o Projeto Político-Pedagógico do educandário.

Posteriormente, nos reunimos em aula para dar seguimento às demais etapas da pesquisa: organização e tabulação dos dados coletados pelo questionário, dos quais pudemos retirar algumas conclusões preliminares; análise do Projeto Político Pedagógico no que diz respeito a proposta de: educação, currículo (tipo de ensino, planejamento, avaliação, gestão escolar, conteúdos) sujeito que se quer formar, perfil de docente.

Após, realizamos um cruzamento entre as respostas dos questionários e o que consta no PPP da escola, procurando verificar alguns dos: consensos, limites e problemas constatados no âmbito “*do currículo*” da escola e da “*formação e atuação*” docente, a fim de traçar um diagnóstico.

A partir desse diagnóstico, cada dupla/grupo deveria elencar um aspecto que julgasse mais problemático na escola em relação ao *currículo* e a *formação e atuação dos docentes*, construindo coletivamente uma proposta consistente que apresentasse possibilidades de sua superação (estratégias, ações, etc).

As etapas descritas acima sobre a pesquisa foram apresentadas no seminário de avaliação final, juntamente com a entrega de um relatório reflexivo sobre os resultados da pesquisa, além de carta às escolas para a devolução das sugestões e proposições.

Resultados preliminares da aplicação do questionário

A seguir apresentaremos os resultados preliminares da aplicação do questionário com as três professoras que atuam na Educação Infantil. Primeiramente serão apresentados os dados relativos à formação docente, em seguida, apresentaremos os dados das questões relativos com a pesquisa. Os gráficos resultantes da aplicação desse questionário encontram-se em anexo. Por fim, expomos nossas conclusões sobre a pesquisa e sugerimos pequenas alterações no Projeto Político-Pedagógico da instituição.

Dados relativos à formação docente:

Quando questionadas sobre qual a sua formação, todas as entrevistadas responderam que possuem formação de nível superior ou em andamento. No caso específico da Educação Infantil, que é nosso foco, evidenciamos que as educadoras realmente têm formação em nível Superior, dentre as quais uma tem licenciatura em Pedagogia e outra está com o curso de Pedagogia em andamento (estagiária), além da professora substituta que possui até mesmo Pós-Graduação, embora seja em outra área (Educação Ambiental).

Constatamos, por meio da aplicação do questionário, que a maioria das educadoras (67%), tem mais de 10 anos de prática pedagógica. Sendo que as mesmas trabalham nessa instituição há um ano, ou mais.

Evidenciamos que no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, mais precisamente na descrição dos Recursos Humanos, consta apenas o nome dos professores, funcionários e da equipe diretiva e qual seu cargo/função na instituição, sem, no entanto, explicitar qual a formação e o tempo de atuação de cada um na instituição.

Quando questionado às professoras se elas participam de cursos de formação para aperfeiçoamento profissional, todas responderam que sim e, dentre os cursos que foram elencados, destacam-se: seminários (50%), formação de professores: "Alfagrupos" (25%) e Tecnologias na Educação (25%).

Ao analisarmos o PPP da escola percebemos que não há nenhuma referência no mesmo sobre encontros/cursos de formação continuada, quem os oferece: a escola ou a Secretaria Municipal de Educação, nem mesmo como a instituição acompanhará a atualização dos profissionais que nela atuam.

Conforme Hypolitto (2011, p. 1-2)

O profissional consciente sabe que sua formação não termina na Universidade. Esta lhe aponta caminhos, fornece conceitos e idéias, a matéria-prima de sua especialidade. O resto é por sua conta. Muitos professores, mesmo tendo sido assíduos, estudiosos e brilhantes, tiveram de aprender na prática, estudando, pesquisando, observando, errando muitas vezes, até chegarem ao profissional competente que hoje são.

Além disso, de acordo com Veiga (2002, p. 4)

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos. Assim, a formação continuada dos profissionais, da escola compromissada com a construção do projeto político-pedagógico, não deve limitar-se aos conteúdos curriculares, mas se estender à discussão da escola como um todo e suas relações com a

sociedade. *Daí, passarem a fazer parte dos programas de formação continuada, questões como cidadania, gestão democrática, avaliação, metodologia de pesquisa e ensino, novas tecnologias de ensino, entre outras* (grifos nossos).

O que nos mostra o quão importante que os docentes participem de encontros/cursos/seminários de formação continuada para qualificar seu trabalho. Mais importante ainda, é que a escola e as instâncias municipais acompanhem a continuidade da formação de seus profissionais, visto que todos ganham com esse acompanhamento: o professor, a escola e, sobretudo, o educando.

Questões relacionadas com a pesquisa:

Verificamos que 67% das entrevistadas mostraram que sua concepção sobre currículo, enquanto docentes de Educação Infantil, é que este “refere-se a toda a vida da comunidade e programa da escola”. Enquanto que 33% responderam que “currículo refere-se a organização sistemática de conteúdos e habilidades a serem transmitidos”.

No PPP da escola encontramos a seguinte informação quanto a sua concepção de educação (Marco Operativo, ou Filosofia da escola)

Educar é o compromisso do desenvolvimento das habilidades, competências, inteligências, valores e atitudes. [...] Trabalhamos com uma proposta sócio-interacionista, de atendimento individual, sempre respeitando as diferenças e o potencial de cada criança (PPP, 2011, p. 4).

Assim, a instituição expressa que seu objetivo fundamental é

ajudar a preparar gerentes da informação, e não meros acumuladores de dados, é ensinar a aprender a aprender, isto é, ensinar a estabelecer relações significativas no universo simbólico constituído de nomes, datas, definições, fórmulas e procedimentos. A escola prima pela qualidade do ensino e visa atender as necessidades dos alunos e da comunidade em que está inserida (PPP, 2011, p. 3).

Como podemos ver baseados no que diz o PPP da escola e nas respostas das educadoras, há opiniões divergentes sobre que significa “Currículo”. Mas afinal nos questionamos: o que é currículo? Conforme Tomáz Tadeu da Silva (1995, p. 195-196) “O currículo é muito mais que uma questão cognitiva, é muito mais que construção do conhecimento, no sentido psicológico. O currículo é a construção de nós mesmos como sujeitos particulares, específicos”. Desse modo, a maior parte das respostas está relacionada com essa concepção defendida por Tomáz Tadeu.

Entretanto, ainda há educadores que pensam ser o currículo apenas uma listagem de conteúdos, como defendido pelas teorias tradicionais, segundo as quais a ênfase se dá na preocupação única e exclusiva com os objetivos, resultados esperados, métodos e formas de mensuração, ou seja, um currículo mais conservador, que não leva os sujeitos a refletirem sobre o mundo: a chamada educação bancária, como denominou Paulo Freire, na qual os alunos são considerados meras vasilhas em que o professor vai depositando o conhecimento.

Quando questionadas se ao desenvolverem as atividades com crianças são levadas em consideração as situações cotidianas vivenciadas por elas, todas as entrevistadas responderam que sim, porém, a maneira como trabalham diverge uma da outra. Uma (33%) respondeu que *"na educação infantil conversamos muito sobre culturas diversificadas, profissões da família, etc"*. Enquanto que as outras duas (67%) responderam que *"realizam/planejam atividades que estejam de acordo com a realidade e o contexto social em que o aluno está inserido"*.

Quando questionadas se o estabelecimento de ensino onde trabalham possui um Projeto Político-pedagógico, todas as entrevistadas responderam afirmativamente. Documento que, conforme Veiga (2002, p. 1)

vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. Nesse sentido, o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária (grifos nossos).

Entretanto, como mostraremos mais adiante, a definição de Veiga (2002) para Projeto Político-Pedagógico parece não ser seguida, talvez nem mesmo conhecida, profundamente por todos os profissionais que atuam na Educação Infantil, foco de nossa pesquisa.

Quando questionadas se no seu trabalho diário com as crianças são trabalhados temas como educação ambiental, preconceito, diversidade/diferença, etc; duas professoras (67%) responderam que sim e a terceira (33%) disse que não, o que é curioso, pois justo essa professora respondeu ter Pós-graduação em Educação Ambiental. As entrevistadas que responderam trabalhar os Temas Transversais, disseram que trabalham esses temas por meio de *"trabalhos em grupo, vídeos, em conversas informais com as crianças (hora da rodinha) e realizando brincadeiras"*.

Notamos que a escola, no geral, procura trabalhar questões referentes aos Temas Transversais (Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo), pois isso ficou claro numa fala da professora e analisando o PPP. A professora titular da turma do Pré-Escolar nos relatou, durante uma de nossas práticas de observação, que trabalha a questão das diferenças raciais, o respeito e outros valores a ano todo com as crianças, pois sempre há um ou dois alunos negros na turma que às vezes são excluídos das brincadeiras.

O trabalho com a temática Meio Ambiente também pode ser comprovada, pois observamos que a escola faz a separação do lixo e procura incentivar os alunos a

terem atitudes de respeito e preservação para com o meio ambiente. Evidenciamos que em todas as salas de aula há lixeiras para que desde a mais tenra idade os educandos se conscientizem da importância de separar o lixo adequadamente e dar um destino correto àqueles materiais e resíduos que podem ser reaproveitados, como a entrega dos mesmos para a usina de reciclagem do município.

Constatamos que 100% das entrevistadas responderam que a avaliação das aprendizagens e do desenvolvimento das crianças é realizada através de testes, atividades práticas, bem como através de pareceres escritos, o que vai de encontro com o que analisamos do PPP da escola:

Na educação infantil, a avaliação permite maior ação do professor, da equipe pedagógica e à participação dos pais no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos. Na educação infantil são feitos pareceres bimestrais e relatórios semestrais nos meses de junho e novembro, os indicadores da avaliação são diferenciados e utilizados apenas para estimular o educando no desenvolvimento das suas potencialidades. Não tem caráter reprobatório (PPP, 2011, p. 8).

Portanto, a forma como a avaliação das crianças é realizada nesta escola está de acordo com as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³ que, de acordo com seu artigo 31, prevê que “na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”.

Desse modo, verificamos que a avaliação da turma do Pré-Escolar (Ed. Infantil), consiste numa ficha de avaliação na qual consta a seguinte legenda: AV: Às vezes; S: Sim; N: Não e ND: Não desenvolvido. A partir dessa legenda a professora preenche uma espécie de tabela com aspectos trabalhados/observados durante os quatro bimestres letivos, como por exemplo: Entendo-me com os colegas; Participo de atividades propostas; Nomeio partes do corpo; Nomeio figuras geométricas; Contorno objetos; entre outros. No verso dessa ficha de avaliação (que é individual), a professora pode fazer algumas observações dos alunos, sendo que os pais devem assiná-la quando a recebem.

Quando questionadas sobre a maneira como costumam fazer seu planejamento, as educadoras responderam que costumam planejar suas atividades pedagógicas individualmente. Segundo Schwartz (2010, p. 144) cada profissional tem o seu modo de planejar, mas, “o modo como o planejamento vai ser desenvolvido vai depender das concepções de ensino, aprendizagem, alfabetização, aluno, professor, mundo. Por isto enfatizamos sempre a necessidade da clareza sobre elas”.

Na escola em que realizamos nossa pesquisa, duas de nossas entrevistadas (67%), quando questionadas se participam de reuniões de planejamento pedagógico, responderam que sim, que as mesmas ocorrem semanalmente. A terceira entrevistada respondeu que não participa dessas reuniões devido ao fato de estar realizando seu estágio de formação (Licenciatura em Pedagogia) nessa escola.

Sobre o planejamento pedagógico, trazemos o relato da diretora de uma escola de Curitiba-PR, que em muito pode contribuir para modificar e, possivelmente, melhorar a forma como as educadoras realizam seus planejamentos diários. Em entrevista para a Revista Nova Escola⁴, a diretora diz que “é preciso ter unidade no trabalho educacional da escola como um todo: o planejamento das ações deve ser articulado com os conteúdos ensinados”. Ela ainda afirma que

quando os professores planejam suas atividades em grupo eles são estimulados a participar ativamente das reuniões – trazendo dificuldades e experiências que possam contribuir com a solução dos problemas dos colegas – e compartilham as responsabilidades pelo desempenho da escola.

De acordo com o que consta no PPP da instituição, uma de suas propostas de ações é

Proporcionar reuniões semanais com os professores para discutir e avaliar os conteúdos, os planejamentos, os recursos, os critérios de avaliação dos alunos (provas, trabalhos interdisciplinares, avaliação diária, autoavaliação) em cada componente curricular, oportunizando também momentos de autoavaliação do trabalho docente (p. 7).

Entretanto, percebe-se, a partir das respostas das professoras, que nem todos os docentes participam dessas reuniões. Além disso, consideramos que embora uma das professoras da Educação Infantil esteja apenas realizando seu estágio de formação nessa escola, ela também pode/deveria participar dessas reuniões, pois estas contribuirão em muito para a sua qualificação profissional e para prepará-la para a atuação docente ao conhecer a realidade e a rotina do que acontece no interior de uma escola. O que vai mais uma vez de encontro com o que afirma Hypolitto (2011, p. 2): “O professor sai da universidade apenas com um diploma. Não está preparado para ensinar, não domina o conteúdo, não conhece metodologias eficazes, falta-lhe estímulo para enfrentar uma classe agitada, indisciplinada, apática e passiva”.

Questionamos as professoras se as dinâmicas e diretrizes do trabalho a ser desenvolvido durante o ano são discutidas nessas reuniões. Duas responderam que sim (67%). Dessas, uma respondeu que as dinâmicas e diretrizes são discutidas “*com as colegas que atuam na mesma área*”, a outra respondeu que “*são programadas, ou seja, discutidas nas reuniões*”. Já a terceira professora entrevistada respondeu que as dinâmicas e diretrizes não são discutidas nessas reuniões, mas essa foi a mesma pessoa que respondeu não participar das reuniões. Assim, subentende-se que se ela não participa das reuniões ela provavelmente não saiba do que se trata.

Ao serem questionadas sobre quem participa dessa discussão, duas professoras (67%) responderam que é a equipe diretiva e os professores, enquanto a terceira entrevistada não respondeu nada, pois como ela não participa dessas reuniões, ela provavelmente não sabe o que é discutido, nem quem participa das mesmas.

Conforme supracitado, no PPP consta que essas reuniões ocorrem semanalmente com os professores para discutir questões relacionadas ao planejamento dos conteúdos, recursos e critérios de avaliação, possibilitando também um espaço de reflexão e auto-avaliação sobre a prática docente dos profissionais que nela atuam.

Consideramos que a participação da família é imprescindível para que a escola possa atender seus objetivos e os da comunidade, porém, para que isso ocorra é fundamental que ela participe das decisões que ocorrem nas reuniões promovidas pela instituição. Este é um aspecto que está claramente explicitado nas propostas de ações explicitadas no PPP: "Realizar um trabalho sistemático junto aos pais dos alunos para que conheçam e participem da escola de seus filhos, através de reuniões e outras atividades propostas" (p. 7).

Entretanto, ele é muito vago ao não detalhar que tipos de reuniões e demais atividades são essas em que a escola promoverá a participação e o envolvimento dos pais para que estes conheçam a escola de seus filhos.

De acordo com Paro (2000, p. 12-13),

a escola só poderá desempenhar um papel transformador se estiver junto com os interessados, se se organizar para atender aos interesses das camadas às quais essa transformação favorece, ou seja, das camadas trabalhadoras. Assim, cada escola deverá constituir-se em um *núcleo de pressão* a exigir o atendimento dos direitos das camadas trabalhadoras e defender seus interesses em termos educacionais.

Entretanto, ele diz que "não basta permitir formalmente que os pais de alunos e as camadas trabalhadoras participem da administração da escola e dos destinos da educação escolar; é preciso que haja condições materiais propiciadoras dessa participação" (PARO, 2000, p. 13).

Portanto, é extremamente importante que o educandário, objeto de nosso estudo, reveja alguns pontos importantes do Projeto Político-Pedagógico e procure readequá-los conforme apontam os resultados dos questionários aplicados às educadoras da Educação Infantil e sua confrontação com o exposto no referido Projeto.

REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA E SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA IDENTIFICADO

Com essa pesquisa aprendemos um pouco mais sobre a realidade da Educação Infantil em Jaguarão e como a Educação foi perpassada pelas concepções de currículo ao longo dos anos.

Por meio das atividades realizadas ao longo da disciplina de Teorias Curriculares evidenciamos que a organização/construção de um currículo sempre esteve (e sempre estará) permeado por relações de poder que determinam a maneira como dar-se-á a prática pedagógica de acordo com o tipo de sujeito que se quer formar/moldar.

Desse modo, o currículo escolar, inicialmente tido como tradicional (pois considerava a figura do professor como o centro do processo de aprendizagem), passou a constituir-se como um campo teórico de estudos com o surgimento das teorias Críticas sobre o currículo, provocando uma transformação radical no sistema de ensino.

Posteriormente, com o advento das Teorias Pós-críticas sobre o Currículo escolar, este passou a ser visto como um espaço de discussão, de luta por uma educação igual e de qualidade, bem como de libertação da opressão e desigualdade praticadas às camadas populares, o que fez com a educação fosse vista, até mesmo, como uma maneira de melhorar de vida, de mobilidade/ascensão social.

Durante nossa pesquisa evidenciamos que quando a Educação Infantil começou a receber mais importância no cenário educacional, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB/96, esta passou a ser considerada como a primeira etapa da Educação Básica, devendo, portanto, receber tanta atenção com relação ao planejamento e a avaliação, quanto os demais níveis de ensino, mas levando em consideração a idade e as características da faixa etária atendida.

Deste modo, evidenciamos que em Jaguarão, a Educação Infantil funciona tanto em escolas infantis, como em escolas de Ensino Fundamental que oferecem a Educação Infantil (Pré-escolar) para crianças de 5 a 6 anos;

Constatamos que as profissionais que atuam na turma do pré-escolar desenvolvem as atividades cotidianas levando em conta as diferentes linguagens⁵ das crianças explicitadas nos Referenciais que orientam o trabalho com essa faixa etária, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/1998).

Durante nossas observações pudemos evidenciar que a escola parece ter claro para esse segmento da educação que o brincar pode auxiliar a ampliar as capacidades intelectuais, motoras e de socialização das crianças, pois as atividades escolares planejadas para essa faixa etária, bem como a organização do espaço e a distribuição do mobiliário e dos recursos materiais/pedagógicos estão voltadas para desenvolver, principalmente, a linguagem oral, o brincar e a autonomia.

Contudo, dada a importância dessa etapa da vida do indivíduo, a escola deveria inserir em seu PPP informações mais aprofundadas sobre como será desenvolvido o trabalho docente na Educação Infantil, além de explicitar de forma clara como a escola está se adequando as normas e orientações do RCNEI, visto que nesse documento não há um enfoque específico e mais detalhado sobre a Educação Infantil, este somente se refere à ela na parte da avaliação e quando caracteriza a faixa etária dos alunos que frequentam este nível de educação.

Analisando detalhadamente o PPP da instituição constatamos ainda, com base no artigo publicado na Revista Nova Escola⁶, que ele segue as orientações para a elaboração/construção do mesmo, atendendo a maioria dos aspectos que devem ser contemplados, como: a Definição da missão (ou marco referencial); Descrição da clientela; Levantamento dos dados sobre aprendizagem; Estudo do relacionamento com as famílias; Estabelecimento de diretrizes pedagógicas; Elaboração do plano de ação; exceto a Pesquisa completa sobre os recursos físicos (prédios, salas, equipamentos, mobiliários, material pedagógico e espaços livres), dos recursos humanos (composição da equipe, qualificação e horas de trabalho) e financeiros (Programa Dinheiro Direto na Escola, verbas repassadas via Secretaria de Educação etc.) e como dar-se-á a comunicação/divulgação da proposta final do Projeto à comunidade escolar.

Portanto, sugerimos que para o próximo ano, se possível, a escola contemple também nas suas propostas de ações como dar-se-á a formação continuada dos professores: se é ela ou a Secretaria Municipal de Educação que oferecerá cursos de capacitação, ou terceiros; e como a instituição acompanhará a atualização dos profissionais que nela atuam.

Além disso, conforme afirmam os especialistas entrevistados na reportagem supracitada, a escola deve contemplar no Projeto Político-Pedagógico quais os recursos materiais e equipamentos disponíveis para o trabalho docente e qual o valor das verbas recebidas e como as mesmas serão administradas.

Bem como deve estar explicitado no Projeto como o que consta no documento é/será divulgado aos pais e a comunidade escolar e de que forma isso ocorre/ocorrerá. Sem contar que deve haver mais clareza sobre as propostas de trabalho/atividades escolares que envolvem a participação dos pais e demais comunidade escolar.

Por fim, consideramos que outro aspecto a ser revisto pelos profissionais que atuam neste educandário diz respeito às reuniões de planejamento, visto que há muita controvérsia entre a resposta das entrevistadas, o que consta no PPP e o que afirmam os pesquisadores. Todos devem ter claro qual a importância desses encontros e que o que é discutido nessas ocasiões deve, necessariamente, ser definido coletivamente e de acordo com os interesses reais da equipe diretiva, educadores, funcionários, alunos e demais atores da comunidade escolar para que todos se comprometam a cumprir o que foi acordado.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Ministério da educação. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC/SECAD. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 19 nov. 2011.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf> Acesso em: 19 nov. 2011.

HYPOLITTO, Dinéia. Repensando a formação continuada. Disponível em: <<http://www.conteudoescola.com.br/component/content/article/30/100-repensando-a-formacao-continuada?format=pdf>> Acesso em 30 dez. 2011.

LOPES, Noemia. Como fazer o PPP da escola. Revista Nova Escola Gestão Escolar – Edição 11, Dez. 2010/Jan. 2011. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/planejamento/7-elementos-essenciais-ao-ppp-610996.shtml>> Acesso em: 29 dez. 2011.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Currículo e Identidade Social: territórios contestados. Alienígenas na Sala de Aula: uma Introdução aos Estudos Culturais em Educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCHWARTZ, Suzana. Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática. RJ: Vozes, 2010.

UMA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL. Revista Nova Escola Gestão Escolar – Edição 14, Junho/Julho 2011, p. 10. Disponível em: <<http://www.novaescola.org/gestao>> Acesso em: 12 nov. 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Coletiva. Texto extraído sob licença da autora e da editora do livro: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14ª edição. Papirus, 2002. Disponível em: <<http://pedagogia.dmd2.webfactional.com/media/gt/VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf>> Acesso em 31 dez. 2011.

NOTAS:

1 Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão. E-mail para contato: carlajosieleweber@yahoo.com.br

2 Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão. E-mail para contato: jessica_cb31@hotmail.com

3 BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Ministério da educação. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC/SECAD. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 19 nov. 2011.

4 Revista Nova Escola Gestão Escolar – Edição 14 Junho/Julho 2001. Título da reportagem: Uma organização funcional. p. 10. Disponível em: <<http://www.novaescola.org/gestao>> Acesso em: 12 nov. 2011.

5 A esse respeito ver Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf> Acesso em: 19 nov. 2011.

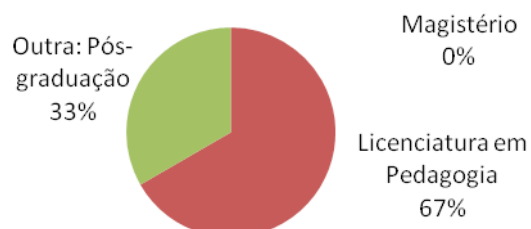
6 Revista Nova Escola Gestão Escolar – Edição 11, Dez. 2010/Jan. 2011. Título da reportagem: Como fazer o PPP da escola. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/planejamento/7-elementos-essenciais-ao-ppp-610996.shtml>> Acesso em: 29 dez. 2011.

Anexos:

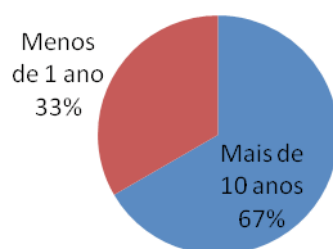
Anexo 1: Tabulação dos dados coletados pelo questionário:

Dados Relativos à Formação Docente:

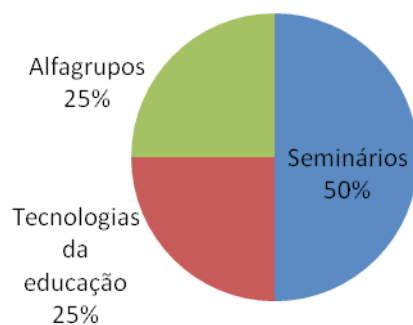
1 – Qual a sua formação?

Formação docente

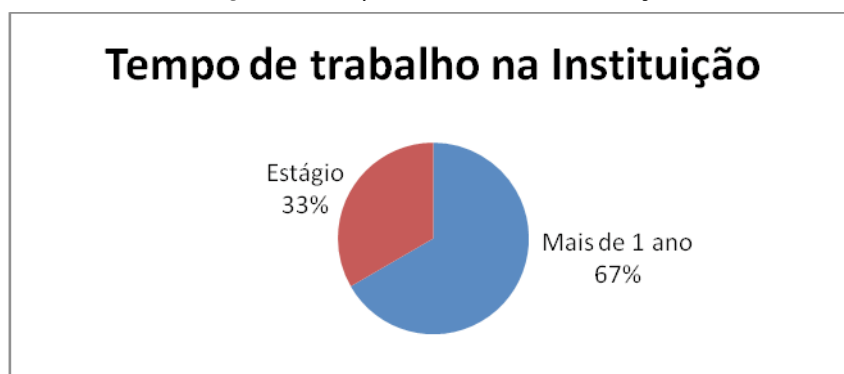
2 – Há quanto tempo trabalhas como professora?

Tempo de atuação

3 – Tens participado de cursos de formação de curta duração para aperfeiçoamento profissional na área em que estás atuando? Quais?

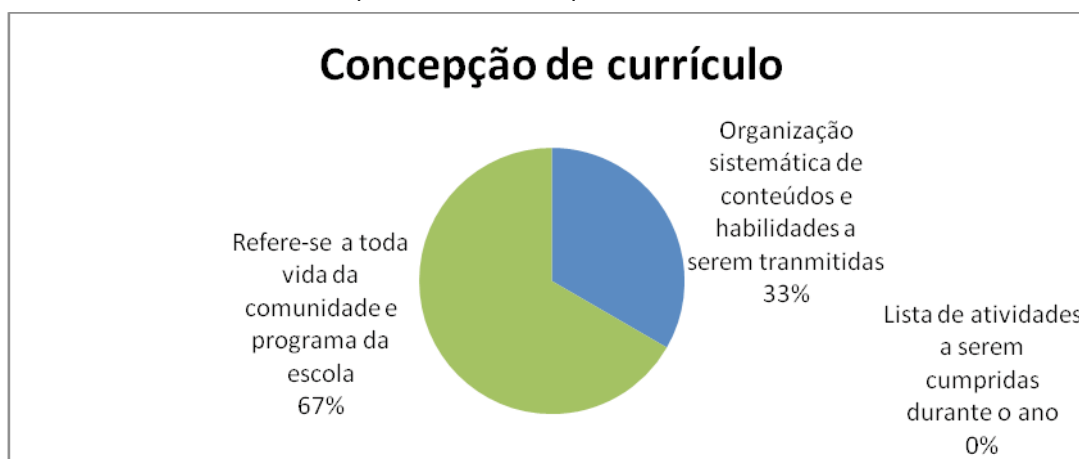
Cursos de formação

4 – Quanto tempo trabalhas na instituição?

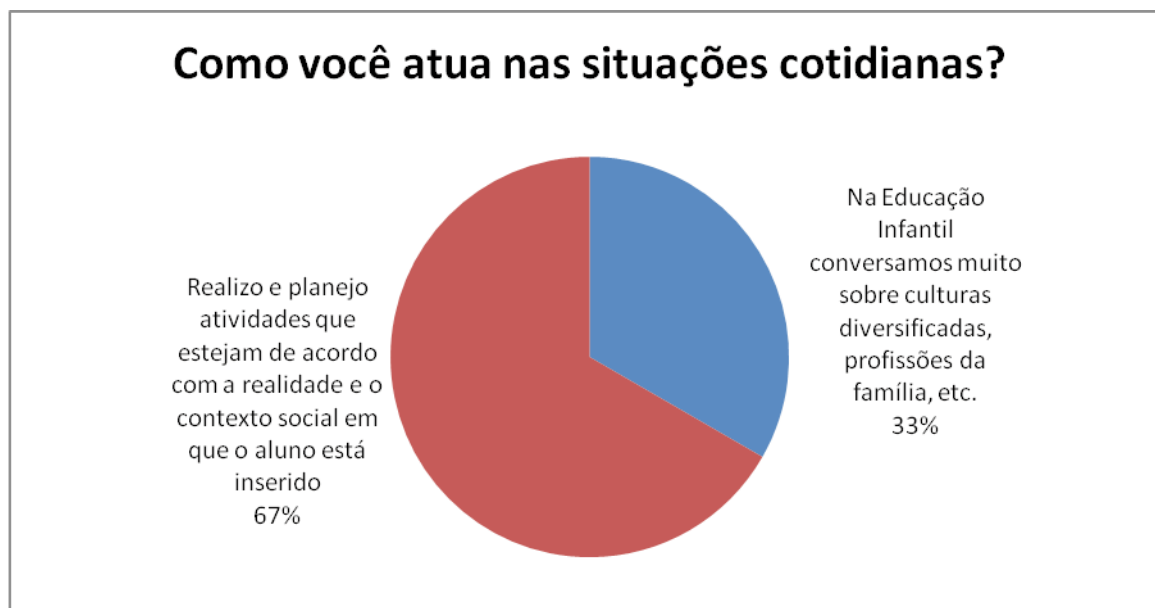


Questões relacionadas com a Pesquisa:

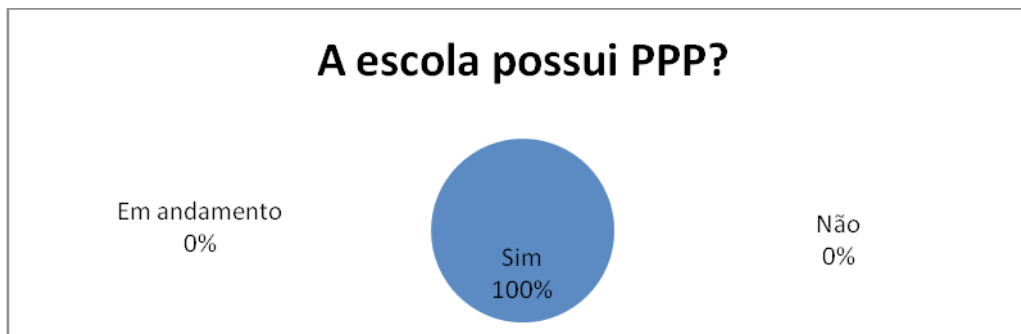
5 – O que você entende por currículo escolar?



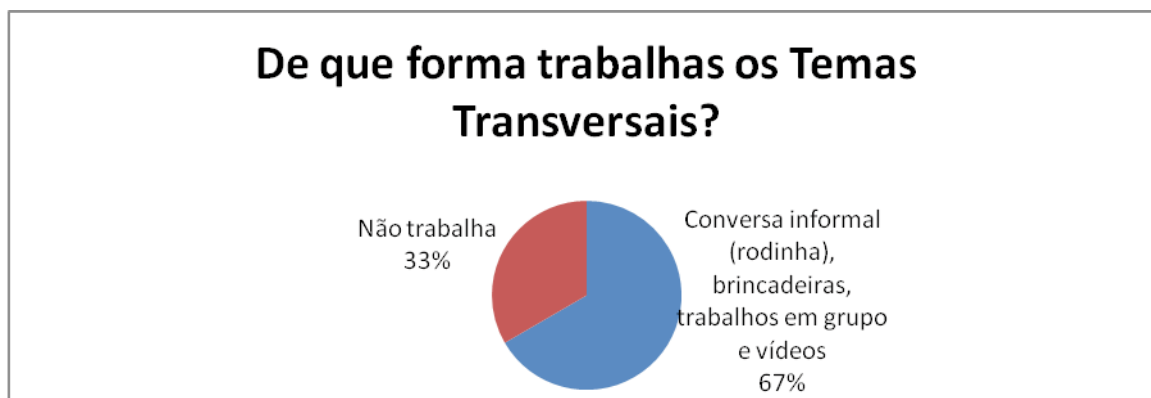
6 – Ao desenvolver atividades com as crianças você leva em consideração as situações cotidianas vivenciadas por ele no seu contexto social? Como você faz?



7 – O estabelecimento de ensino onde trabalhas possui um Projeto Político-Pedagógico?



8 – No seu trabalho diário com as crianças são trabalhados temas como educação ambiental, preconceitos, diversidade e diferença etc? De que forma? (caso a resposta seja Sim)



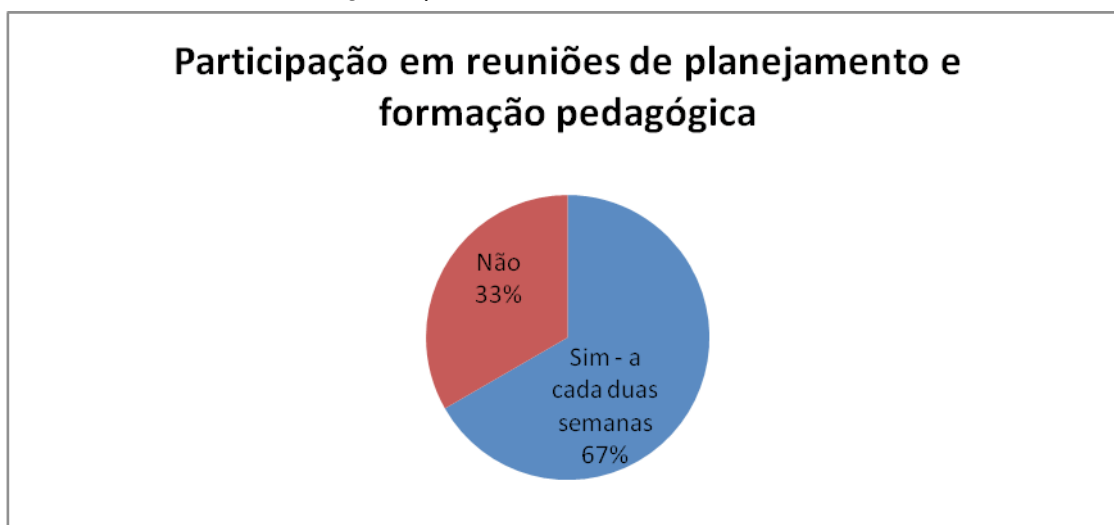
9 – Como você avalia as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças com as quais trabalhas?



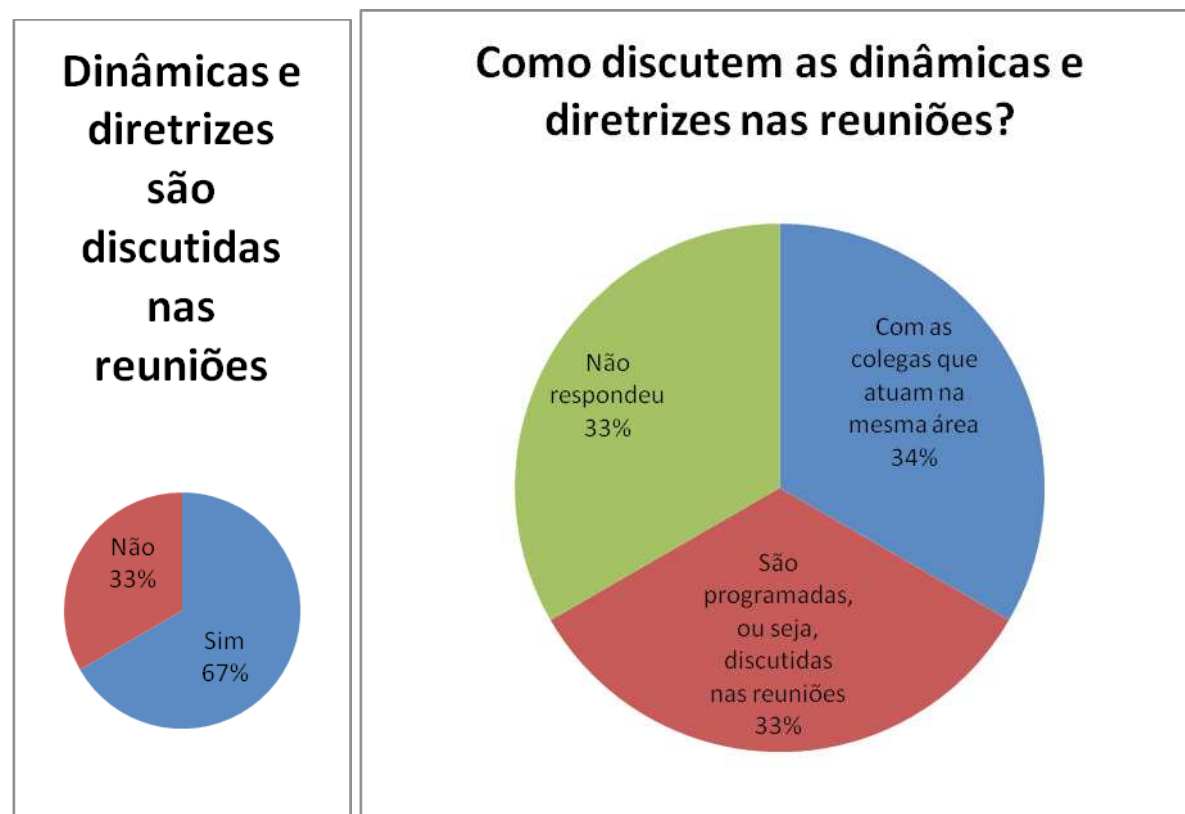
10 – Como você costuma planejar as suas atividades pedagógicas?



- 11 – Você costuma participar de reuniões de planejamento e de formação pedagógica em sua instituição?
Qual a periodicidade dessas reuniões?



- 12 – As dinâmicas e as diretrizes do trabalho a ser desenvolvido durante o ano são discutidas nessas reuniões?



13 – Participam dessa discussão:

